

**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FRANZE SILVA

PROJETO DE LEI Nº 197 /2024.

Reconhece a Utilidade Pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca - APAE.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica reconhecida a utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca - APAE, inscrita sob o CNPJ nº 49.681.194/0001-27, com sede e foro na Rua Adalberto Santana, 325, Centro, Água Branca - PI.

**Art. 2º** Ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente à entidade mencionada no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA**, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, Teresina- PI,  
\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**FRANZE SILVA**  
Deputado Estadual  
Partido dos Trabalhadores - PT



## **JUSTIFICATIVA**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca –APAE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de duração por tempo indeterminado, sem caráter partidário, de cunho assistencial, recreativo, educacional e filantrópico constituída em 26 de janeiro de 2023, tem como objetivo inclusão social de pessoas com deficiência.

A APAE visa oferecer serviços assistenciais, promover o diagnóstico precoce e tratamento especializado, além de estimular a participação em eventos científicos e colaborar com instituições para o melhor atendimento dos seus assistidos.

Face o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para uma rápida tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei.





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>49.681.194/0001-37</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>26/01/2023</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AGUA BRANCA DO PIAUI</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>APAE</b>	<b>FORTE</b> <b>DEMAIS</b>
---	-------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>R ADALBERTO SANTANA</b>	NÚMERO <b>325</b>	COMPLEMENTO 00000000
--	----------------------	-------------------------

CEP <b>64.460-000</b>	BARRIO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>AGUA BRANCA</b>	UF <b>PI</b>
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ALVAFELD.JFS@GMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(86) 9506-8521</b>
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) 000000
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/01/2023</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 00000000
--

SITUAÇÃO ESPECIAL 00000000	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL 00000000
-------------------------------	---------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/09/2024 às 09:36:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 001

WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabelião / Portaria nº 223

1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA PI DE ÁGUA BRANCA PI

CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO: 489

26/01/2023

### CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico que foi Registrado no Livro de Registro Civil de Pessoa Jurídica nº A-2, folha 312 - 323v, sob nº 469, em data de 26.01.2023, o seguinte teor:

**PROTOCOLO Nº 448 - ESTATUTO DA APAE DE ÁGUA BRANCA DO PIAUÍ CAPÍTULO I Da Denominação**

**Sede e Fins** Art. 1º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca do Piauí ou, abreviadamente, APAE de Água Branca, fundada em Assembleia realizada em vinte e quatro de novembro de 2022 nesta cidade de Água Branca do Piauí, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A Apae de Água Branca é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Adalberto Santana, nº 325, bairro Centro, e foro no município de Água Branca, estado de Piauí.

Art. 3º - A Apae de Água Branca do Piauí tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º - A Apae de Água Branca do Piauí adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

**Parágrafo Único** - A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 5º - A bandeira da Apae de Água Branca, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

**Parágrafo Único** - A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 6º - Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico - Cerimônia da Rede Apae*, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos.

Art. 7º - O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001) e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.

Art. 8º - Considera-se "Excepcional" ou "Pessoa com Deficiência" aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º - São os seguintes os fins e objetivos desta Apae, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I - promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II - prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 469

28/01/2023

garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a Apae se propõe a:

I – executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II – promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apae;

III – incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

V – participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

VI – manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

VII – solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

VIII – firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

IX – produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;

X – fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla Apae, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;

XI – promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias

XII – desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XIII – apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XIV – garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;

XV – coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVI – atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;

*Wilson Barbosa Pereira*  
Escritor Compromissado





1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 456

21/12/2022

### CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico que foi Registrado no Livro de Registro Civil de Pessoa Jurídica nº A-2, folha 287, sob nº 456, em data de 07.12.2022, o seguinte teor: Protocolo nº 411 - Ata de reabertura da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Agua Branca do Piauí. Aos 24 (vinte quatro) dias do mês de Novembro de 2022 (dois mil e vinte dois), às 8:00 horas, conforme ofício de Chamamento, do dia 07 (sete) de novembro de 2022 (dois mil e vinte dois), realizada na Avenida João Ferreira, s/n. bairro Centro, cidade de Agua Branca do Piauí, com a presença de representantes da comunidade, pais, responsáveis, e a presença das pessoas portadoras de deficiência que serão assistidas na APAE e acompanhados pelos profissionais dispostos a trabalhar para dar continuidade no atendimento do município, pois a APAE se encontrava fechada a mais de 10 (dez) anos. Aberta a reunião, pelo Presidente da Comissão Provisória, Sr. Fábio Alves Calado, que desejou boas-vindas aos presentes. Agradecendo a presença de todos. Em seguida passou a palavra para o secretário de assistência social, Sr. Juca Neto, que agradecendo a presença de todos falou da importância do atendimento as pessoas portadoras de deficiência no município. Em seguida passou a palavra para a representante da Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Elcicle Leal, que falou da grande importância dessa iniciativa do Sr. Fábio Calado e de sua equipe e deu total apoio a reabertura da APAE. Passando a palavra para a presidente da APAE de Passagem Franca do Piauí, que se colocou a disposição de todos para o desenvolvimento da Entidade, assessorando naquilo que lhe for necessário. Dando continuidade a palavra foi passada Presidente da federação estadual das APAES, FEAPAES-PI, que falou da grande alegria de estar fazendo a reabertura da APAE de Agua Branca do Piauí e que a mesma já se encontra filiada na Federação Nacional das APAES. Falou que quando temos pessoas empenhadas na realização de esforços para dar continuidade ao atendimento através de sua equipe de profissionais, já capacitados para esse objetivo – Levar saúde, educação, assistência social e que as famílias estão de parabéns por esse trabalho que a APAE já vem fazendo a inúmeras crianças e adolescentes portadoras de deficiência no município. Em seguida a presidente da Federação das APAES do Piauí Sra. Keyla Linez de Vasconcelos Santana que apresentou a comissão provisória para ficar a frente da APAE de Agua Branca do Piauí, ficando constituída para o período de 24/11/2022 (vinte quatro de novembro de dois mil e vinte dois) a 24/12/2023 (vinte quatro de dezembro de dois mil e vinte três). Aclamada por Unanimidade, com uma salva de palmas: composição: Presidente: Fábio Alves Calado, CPF: 01373843357, RG: 2168477 ssp-pi, End: Rua Adalberto Santana, nº 325, Centro-Agua Branca do Piauí. Secretário: Marcos Aurélio de Silva Araújo. CPF: 778972423-15, RG: 1621720 ssp-pi. End. Residencial Justino Brandão, Q D, C 10. Bairro: Alto do açude. Diretor Financeiro: Thamyres Soares Macedo. CPF: 613797813-37, RG: 3880046 ssp-pi. End. Rua Moraes, nº 720, Agua Branca do Piauí. A comissão foi eleita e empossada. Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a reunião, cuja ATA foi lavrada por mim, Maria de Jesus Nonato Macedo, Secretária e vai ser assinada pela presidente e por todos os presentes. Maria de Jesus Nonato, Thamyres Soares Macedo, Marcos Aurélio da Silva Araújo, Keyla Linez de Vasconcelos Santana, Vitoria Regia Freitas Rego, Avilson da Silva Moura, Francisco Leonardo Nunes e Silva, Telma Clarisse F de Sousa Silva, Sandra

Escritório





1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N.º 2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO: 450

21/12/2022

Maria Alexandrino de Sousa, Sonia Maria De Moura, Francisco de A, Wilson Teixeira Lima, Ivaldo Falcão Teixeira, Maria Cilda Barbosa da Silva Cardoso, Antônio V. Batista dos Santos, Irislane Lavinia de Sousa Silva, Maria Iluminata de Leal Vieira, Jamille Palhares Araujo, Gilza Soares de Aquino Sousa, Zilmar de Sá e Silva, Marcione da Silva Santos, Lisbela Maria de Sousa Cavalcante, Andreia Pereira de Andrade, Silvia aria Felix de Paiva, Maria do Socorro Chagas, Rosimair Araujo Silva, Maria do socorro de S. Araujo, Thayane Lais Sousa e Silva, Francisca Aurélia dos S. lima, Kelly dos Santos Lima, Maria do Rosario Leal Miranda, Nildiane Ayres Matos Lopes, Sueli Bezerra da Silva Vieira, Luis Davi de Sousa vaz, Francismari Pereira de Sousa Silva, Juliana Lopes do Nascimento, Isabel Crsitina Pereira de Sousa, Lucidalva Miranda Silva, Augusto Ferreira Callado Bruna de Carvalho Silva, Mariane Ferreira da Silva, Gleiciane da Silva feitosa, Maria do Carmo Barbosa Lima, Rosana Ferreira da Silva, Eliene Ferreira batista dos Santos, Ariane da silva Cruz soares, Antonia Claudia Ferreira Batista, Debora Samara de Freitas, Murillo Da Costa Falcão, Vanessa Lustosa da Costa Silva, Sergislane Sena Pires, Carla Santana Feitosa da Silva, Maria Eliene da Silva de Carvalho, Ana Paula Alves cordeiro Silva, Antonia calado de Sousa, Luziené Barbosa de A. Gomes, Monalisa Maria dos Santos, Rony da Paiva J., Diene Do espirito santos Maciel, Marilene Barbosa Do nascimento, Robervany Mendes de Araújo, Francisca Marques Gonçalves, Maria N. Soares Silva, Ronaldo Gonçalves de Sousa, Ayrton Fabio S. Lima, Igor Geovanne Silva abreu, Camilla Feitosa Lima, Eloisa Pereira de Gois Teixeira, Teresinha Rodrigues Ferreira, Laudimar Maria dos Santos Ferreira Calado, Marcos Aurélio da Silva Araújo, Thamires Soares Macedo, Elizete Gomes Feitosa Excepcionais) de Água Branca - Piauí, solicitação essa manifestada em solenidade realizada na Subseção da OAB Agua Branca, na data de hoje, 24/11/2022, as 8:00 da manhã. Fábio Alves Calado CPF: 013738433-57. Dou fé. As) Wilson Barbosa Pereira - Tabelião Interino. O presente ato só terá validade com os Selos: AEA78143 - CG8D, AEA78144 - E0UB. Consulte a autenticidade dos selos em [www.tpi.jus.br/portalextra](http://www.tpi.jus.br/portalextra).

Água Branca-PI, 21 de Dezembro de 2022

Escrevente Compromissada

Morgana Ferreira Carlos  
Escrevente Compromissada



CNPJ: 32.736.201/0001-48  
1ª Serventia Extrajudicial de Registro  
Geral de Água Branca-PI  
CNS 078022  
Av. João Ferreira, 580 - Sala A-Centro  
CEP: 64460-000 Água Branca-PI

ÁGUA BRANCA (PI), 21 de Dezembro de 2022, E

de Pessoas Jurídicas, conforme o que me foi apresentado. Dou fé.

Morgana Ferreira Carlos  
Escrevente Compromissada

Tabelião(o), registrei o(n) documento acima do livro A-2, Registro Civil



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabellão(o) / Portaria



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO: 489

28/01/2023

XVII – articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XVIII – encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

XIX – compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XX – promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;

XXI – promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXII – estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXIII – divulgar a experiência apaeano em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXIV – desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;

XXV – promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 – A Apae de Água Branca do Piauí integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º – Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3º – A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

## CAPÍTULO II

### Dos Associados

Margara Ferreira Costa  
Secretaria de Comunicação





1º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

26/01/2023

## Seção I

### Do Quadro Social

Art. 13 – A Apae de Água Branca do Piauí é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 – O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II – beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das Apaes;

III – correspondentes: aqueles que prestam colaboração à Apae, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

IV – honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V – especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

VI – fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da Apae e assinaram a respectiva ata.

Art. 15 – Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

## Seção II

### Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

I – São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.

II – São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

III – A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.

*Intervento Público*  
*Escritório Compromissado*

1º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO: 489

26/01/2023

IV – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "currículum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V – A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae, nem lhe assegure os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

### Seção III

#### Dos Direitos dos Associados

Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I – ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II – participar das Assembleias Gerais;

III – propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;

IV – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V – apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI – participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes;

VII – apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes;

VIII – participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX – requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;

X – em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI – convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§1º – Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§2º – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§3º – Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembleia Geral Extraordinária.

### Seção IV

#### Das Obrigações dos Associados

Art. 18 – São obrigações dos associados da Apae:

I – manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaciano no município;

II – pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;





1º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 469

26/01/2023

III – aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

IV – cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;

V – informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI – submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes.

### Seção V

#### Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I – Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;

II – Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III – Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes.

§1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, *ad referendum* do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§3º – A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

### Seção VI

Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 – Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apaes do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I – O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da Apae *ad referendum* do Conselho de Administração.

II – À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

III – A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva *ad referendum* do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades

Marys Ferraz Carlos  
Escritor(a) Comarcado

1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

26/01/2023

previstas no art. 19, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV – Caracterizada a necessidade de Intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V – A Intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI – Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização de uso do nome, sigla e símbolo Apae, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII – Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII – O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

### CAPÍTULO III

#### Da Organização, do Funcionamento e da Administração da Apae

##### Seção I

##### Da Organização

Art. 21 – São órgãos da Apae, responsáveis por sua administração:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho de Administração;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Diretoria Executiva;
- V – Autodefensoria;
- VI – Conselho Consultivo.

§1º – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da Apae.

§2º – O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§3º – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a Apae, não poderão integrar a sua



1º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro CMI de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 469

28/01/2023

**Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.**

## **Seção II**

### **Da Assembleia Geral**

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da Apae, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§1º – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§2º – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae.

§3º – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§4º – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da Apae. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§5 – Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da Apae.

§6 – Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da Apae, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral.

§7º – Na sequência, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 24 – A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e-mail, circular ou outros meios convenientes e por publicação em jornal de circulação no município da Apae, admitindo-se, como alternativa, editais afixados no quadro de aviso da Apae e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§1º – No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§2º – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 – À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:

- I – homologar as alterações do Estatuto; II – decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;
- III – eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV – destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V – aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- VI – verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste

*Wilson Barbosa Pereira*  
Escritor Compromissado





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabellã(o) / Portaria



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

26/01/2023

VII - apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

*Parágrafo único* - As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

*Parágrafo único* - Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

*Parágrafo único* - Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

### Seção III

#### Do Conselho de Administração

Art. 28 - O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§1º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§2º - No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§3º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§4º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§5º - Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§6º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 - Compete ao Conselho de Administração:

- I - aprovar o Regimento Interno da Apae;
- II - emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;
- III - aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- IV - examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 095

WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabelião(o) / Portaria



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

28/01/2023

VII – apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

**Parágrafo único** – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

**Parágrafo único** – Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

**Parágrafo único** – Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

### Seção III

#### Do Conselho de Administração

Art. 28 – O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§2º – No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§3º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§4º – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§5º – Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§6º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 – Compete ao Conselho de Administração:

- I – aprovar o Regimento Interno da Apae;
- II – emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;
- III – aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- IV – examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

28/01/2023

- V – responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;
- VI – deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;
- VII – examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da Apac;
- VIII – referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;
- IX – aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;
- X – preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;
- XI – referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;
- XII – escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da Apac, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;
- XIII – assumir a Presidência da Apac, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- XIV – aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;
- XV – aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;
- XVI – aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 35;
- XVII – Estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;
- XVIII – Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

#### Seção IV

##### Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§1º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da Apac, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;
- II – examinar os livros de escrituração da entidade;
- III – examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;
- IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;





1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

26/01/2023

- VI - opinar sobre aquisição e alienação de bens;
  - VII - promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;
  - VIII - fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.
  - VIII - opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.
- Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

### Seção V

#### Da Diretoria Executiva

Art. 32 - A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º e 2º Diretores Secretários;
- IV - 1º e 2º Diretores Financeiros;
- V - Diretor de Patrimônio;
- VI - Diretor Social.

§1º - A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§2º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§3º - Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§1º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§2º - O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§3º - Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

### Seção VI

#### Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 - Compete à Diretoria Executiva:

- I - promover e fomentar a realização dos fins da Apae;
- II - elaborar o Regimento Interno da Apae e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III - lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV - lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V - elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 1.002-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO - 400

26/01/2023

- VI - submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII - submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
- VIII - constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;
- IX - criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos, ~~admitir e demitir funcionários~~; [1]
- X - promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- XI - convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- XII - pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes;
- XIII - respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;
- XIV - promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;
- XV - adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;
- XVI - receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração.
- XVII - indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;
- XVIII - estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;
- XIX - dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;
- XX - convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;
- XXI - *apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;*
- XXII - indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.
- §1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.
- §2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:
- a. Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;
  - b. ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.
- §3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

*Wilson Barbosa Pereira*  
Tabelião





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 902

WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabelião(o) / Portari



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro CMI de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

28/01/2023

FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

### Seção VII

#### Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 35 – Compete ao Presidente:

- I – assegurar o pleno funcionamento dos serviços da Apae nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;
- II – convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III – representar a Apae, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;
- IV – representar a Apae judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;
- V – apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Apae, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembleia Geral;
- VI – dirigir a Apae, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;
- VII – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;
- VIII – instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;
- IX – zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;
- X – ratificar de modo expresso, à Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;
- XI – cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae.
- XII – submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§1º – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§2º – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente:

- I – substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

**Parágrafo único** – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Folia nº 0074  
WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabelião / Protocolante nº 223

1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.002.2

LIVRO N.º A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO: 489

2005/12/22

mandato.

Art. 37 – Compete ao 1º Diretor Secretário:

- I – secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;
- II – superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;
- III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;
- IV – entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;
- V – disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;
- VI – exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 – Compete ao 2º Diretor Secretário:

- I – substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 – Compete ao 1º Diretor Financeiro:

- I – elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;
- II – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;
- III – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;
- IV – promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;
- V – fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;
- VI – manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;
- VII – apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.
- VIII – O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:

- I – substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

- I – supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da Apae;
- II – ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;
- III – providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Margarida Ferreira Gomes  
Escriturante Contábil





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 008

WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabellão(o) / Portaria



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

26/01/2023

**Parágrafo único** – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

**Art. 42** – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

- I – organizar as atividades sociais;
- II – elaborar o programa de solenidades;
- III – realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;
- IV – promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

### Seção VIII

#### Da Autogestão e da Autodefensoria

**Art. 43** – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

**Parágrafo Único** – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

**Art. 44** – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apae.

**Art. 45** – Compete aos autodefensores:

- I – defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;
- II – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;
- III – participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;
- IV – votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

### Seção IX

#### Do Conselho Consultivo

**Art. 46** – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da Apae.

§1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Apae, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apae.

**Art. 47** – A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura da





1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO: 489

28/01/2023

Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

I – atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apacano no município;

II – esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apacano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III – zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apacano;

IV – participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apae.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

**Parágrafo único** – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:

I – atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II – defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expreso mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III – elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV – emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V – representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

VI – pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VII – manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII – dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

#### CAPÍTULO V

##### Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas

Margana Ferreira Carlos  
Escriturante Compromissada



Art. 55 – As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

- I – contribuições de associados e de terceiros;
- II – legados;
- III – produção e venda de serviços;
- IV – subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;
- V – doações de qualquer natureza;
- VI – quaisquer proventos e auxílios recebidos;
- VII – produto líquido de promoções de beneficência;
- VIII – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;
- IX – auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

*Parágrafo único* – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 – O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

*Parágrafo único* – No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13019/14.

## CAPÍTULO VI

### Das Eleições

Art. 57 – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º – Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

Art. 58 – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

§ 1º – A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

§ 2º – Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

§ 3º – São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

§ 4º – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:



1º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 489

28/01/2023

- a. carteira de identidade;
- b. certidão de regularidade do CPF;
- c. declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d. certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e. ficha de filiação de associado da Apae;
- f. declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;
- g. comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;
- h. termo de compromisso.

V – É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.

VI – É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art 59 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

*Parágrafo Único* – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

## CAPÍTULO VII

### Disposições Gerais

Art. 61 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 – A extinção da Apae ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apae remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

§1º – Para fusão e transformação da Apae, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º – É vedada a extinção da Apae, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

Art. 63 – A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 64 – Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 65 – A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas

*Morgan Pereira Carlos*  
Escritor de Compromisso





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE ÁGUA BRANCA  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Folha nº 010

WILSON BARBOSA PEREIRA  
Tabelião(o) / Porteiro



1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI DE ÁGUA BRANCA-PI  
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 7.802-2

LIVRO N. A-2 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO: 469

26/01/2023

terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 66 – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Água Branca do Piauí, 22 de novembro de 2022. Dou fé. As) Wilson Barbosa Pereira – Tabelião Interino. O presente ato só terá validade com os Selos: AEK22094 - HLAA, AEK22095 - 9ZDQ. Consulte a autenticidade dos selos em [www.tipi.jus.br/portalextra](http://www.tipi.jus.br/portalextra).

Água Branca-PI, 26 de Janeiro de 2023

*Maryana Ferreira Carli*  
Escrevente Compromissada

CNPJ: 32.736.201/0001-48  
1ª Serventia Extrajudicial de Registro  
Geral de Água Branca-PI  
CNS 078022  
Av. João Ferreira, 580 - Sala A-Centro  
CEP: 64460-000 Água Branca-PI

1º Poder Judiciário  
do Estado do Piauí  
Diretoria de Fiscalização  
RJCPJ  
NORMAL



AEK22094 - HLAA

Para verificar a autenticidade  
consulte o site em:  
[www.tipi.jus.br/portalextra](http://www.tipi.jus.br/portalextra)

1º Poder Judiciário  
do Estado do Piauí  
Diretoria de Fiscalização  
RJCPJ  
NORMAL



AEK22095 - 9ZDQ

Consulte o site em:  
[www.tipi.jus.br/portalextra](http://www.tipi.jus.br/portalextra)

CNPJ: 32.736.201/0001-48  
1ª Serventia Extrajudicial de Registro  
Geral de Água Branca-PI  
CNS 078022  
Av. João Ferreira, 580 - Sala A-Centro  
CEP: 64460-000 Água Branca-PI

*Maryana Ferreira Carli*

Tabelião(o) registrou o documento acima do Livro A-2, Registro Civil de

Ata de Reabertura da Associação de Pais e Amigos  
dos Excepcionais (APAE) de Água Branca do Piauí.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 8hs (oito) horas, conforme ordem de chamamento, do dia 07 (sete) de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), realizada na Avenida João Ferreira, S/N. Bairro Centro-cidade de Água Branca do Piauí, com a presença de representantes da comunidade, pais, responsáveis, e a presença das pessoas portadoras de deficiência que serão atendidas na APAE e acompanhadas pelos profissionais dispostos a trabalhar para dar continuidade no atendimento no município, pois a APAE se encontrava fechada a mais de 10 (dez) anos. Aberta a Reunião, pelo Presidente da Comissão Provisória, Sr. Fábio Alves Calado, que desejou boas vindas aos presentes, agradecendo a presença de todos. Em seguida passou a palavra para o Secretário de Assistência Social, Sr. Luca Neto, que agradecendo a presença de todos falou da importância do atendimento às pessoas portadoras de deficiências no Município. Em seguida passou a palavra para representante da Sec. Municipal de Saúde de Água Branca Sra. Eleide Deal, que falou da grande importância dessa iniciativa do Sr. Fábio Calado e de sua equipe e deu total apoio a reabertura da APAE. Passada a palavra para a Presidente da APAE de Paragominas Francisco do Piauí, que se colocou a disposição de todos para o bom desenvolvimento da Entidade, acrescentando naquilo que lhe for necessário. Dando continuidade a palavra foi passada para



1  
a Presidente da Federaçao Estadual das APAES  
FEAPAES-PI, que falou da grande alegria de  
estar fazendo a reabertura da APSE de Agua  
Branca do Piaui e que a mesma já se encon-  
tra fundada na Federaçao Nacional das  
APAES. Falou que quando temos pessoas em-  
penhadas na realizaçao de as por em para dar  
continuidade ao atendimento através de sua  
equipe de profissionais já capacitados para  
esse objetivo. Levar Saude, Educacao, Assis-  
tencia Social e que as familias estao de  
Parabens por esse trabalho que a APSE  
já vem fazendo a inúmeras crianças e  
adolescentes portadores de Deficiencia no  
município. Em seguida a Presidente da Fede-  
raçao das APAES do Piaui Sra. Keyla Linez de  
Vasconcelos Santana, que apresentou a co-  
missao Provisoria para ficar a frente da  
APSE de Agua Branca do Piaui, ficando consti-  
tuída para o Período de 24/11/2022 (vinte e  
quatro de novembro de dois mil e vinte dois)  
a 24/12/2023 (vinte quatro de dezembro de  
dois mil e vinte três) aclamada por unani-  
midade, com uma salva de Palmas: Compo-  
siçao: Presidente: Fábio Alves Calado. CPF: 013.  
738.433.57. RG: 3168477 SSP/PI. END: Rua Adalberto  
Santana nº 325, centro, Agua Branca do Piaui.  
Secretario: Marcos Amelio de Silva Araujo.  
CPF: 778.972.423-15. RG: 1621720 SSP/PI. END: Residen-  
cial Juliano Brandao, O A Casa do Bairro Al-  
to do Seide. Diretor Financeiro: Thamyses  
Soares Macêdo. CPF: 613.797813-37. RG: 3880046.  
SSP/PI. END: Rua Moisés, 720, Agua Branca  
do Piaui. A Comissao foi eleita e em po-



2

Nada mais havendo a tratar foi dada por  
encerrado a Reunião, cuja ata foi lavrada  
por mim, Maria de Jesus Nonato de Macedo,  
Secretária e vai ser assinada pela Presi-  
dente e por todos os presentes.  
Maria de Jesus Nonato de Macedo.

João Alves Edade

Thomaz Soares Macedo

Marcelo Aurélio do Silva Araújo

Keyla Lins de Vasconcelos Santana

Vitória Rêgo Santos Rêgo

Adilson da Silva Moura

Francine Leonardo N. Silva

1. Telma Marise I de Souza Silva

2. Sandra Maria Alexandrina de Sousa

3. Sônia Maria de Sousa

4. ~~Francine~~ ~~Silva~~

5. Wilson Teixeira Lima

6. Plácido Falcão Ferreira

7. Maria Lida Barbosa da Silva Cardoso

8. Jefferson Valt Batista de Sousa

9. Wilson Brávia de Sousa Silva



- 10 Maria Gloriosa de Teófilo Vieira
- 11 Jamille Lethere Araújo
- 12 Gilza Soares de Aquino Sousa
- 13 Edimar de Sá e Silva
- 14 Marciane da Silva Costa
- 15 Gisela Maria de Sousa Cavalcante
- 16 Andreia Pereira de Andrade
- 17 Sílvia Maria Filiz de Paiva
- 18 Moura do Socorro Chagas
- 19 Rosimeire Araújo Silva
- 20 Maria de Sacramento de S. Araújo
- 21 Thayane Leis Sousa e Silva
- 22 1ª Aurélio dos S. Lima
- 23 Kelly dos Santos Lima
- 24 Maria do Rosário Leal Miranda
- 25 Neldiane Agnes Mafon Lopes
- 26 Sueli Bezerra da Silva Vieira
- 27 Luis Luzzi de Barros 2007
- 28 Francismery Pereira de Sousa Silva
- 29 Juliana Lopes do Nascimento
- 30 Isabel Cristina Pereira de Sousa
- 31 Lucinda Miranda Silva
- 32 Augusto Ferreira Leite
- 33 Bruno de Carvalho Silva
- 34 Mariana Ferreira da Silva
- 35 Gléciane da Silva Leite
- 36 Maria do Carmo Barbosa Lima
- 37 Rosana Ferreira da Silva
- 38 Eliene Ferreira Batista dos Santos
- 39 Arcene da Silva Cruz Soares
- 40 Estefânia Cláudio Ferreira Batista
- 41 Débora Samara de Freitas e Silva
- 42 Murillo da Costa Salgado
- 43 Vaneia Justina de Costa Silva

44. Sergiuslone Sene Pires
45. Janda Santana Futoza da Silva
46. Maria Edileusa da Silva de Carvalho
47. Ana Paula Alves Cardoso Silva
48. Antunice Celso de Luz
49. Luiziana Barbosa de Araujo Gomes
50. Marcela Maria das Santos
51. Adilson Silva Jr
52. Luana do Espírito Santo Moura
53. Marilene Barbosa do Nascimento
54. Roberto Mendes de Souza
55. Francisco Marques Gonçalves
56. Maria Maria Sampaio Sampaio
57. Ronaldo Gonçalves de Sousa
58. Afonso Fabio Sampaio Lima
59. IGOR GEOVANE SILVA ABOEU
60. Camila Feitoria Lima
61. Eloisa Pereira de Gato Teixeira
62. Teresinha Rodrigues Ferreira
63. Laudimar Meire dos Santos Ferreira Galvão
64. Marcos Aurilio do Silva Araújo
65. Thomaz Soares Macedo
66. Elizete Gomes Feitoria

1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI

WILSON BARBOSA PEREIRA - TABELÃO

CPF: 16.782.314-00 - RG: 1.280.000

CPJ registrado sob o nº 456 no Livro de Registro C-6 de Pessoas Jurídicas Ar nº A-2 folhas 287  
 287V em 21/12/2022 14:42:47. Protocolado sob o nº 411 no Livro de Protocolo de Registros  
 e Documentos e Pessoas Jurídicas nº 01 em 21/12/2022. Sala: AEA78143 - CONDIÇÃO  
 de arquivamento: 14/12/2022

ANTONIO GONÇALVES DE ALENCAR - Escrevente Autorizado  
 CPF: 08.04.74.940-00 - RG: 12.345.678-9 - RG: 12.345.678-9 - RG: 12.345.678-9

Morgana Ferreira Carlos  
 Escrevente Compromissada

[CNPJ:32.736.201/0001-48]

1ª Serventia Extrajudicial de Registro  
 Geral de Agua Branca-PI

CNS 078022

Av. João Ferreira, 580 - Sala A-Centro  
 CEP: 64460-000 Agua Branca-PI

1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO REGISTRO GERAL DE ÁGUA BRANCA-PI

WILSON BARBOSA PEREIRA - TABELÃO

CPF: 16.782.314-00 - RG: 1.280.000

CPJ registrado sob o nº 456 no Livro de Registro C-6 de Pessoas Jurídicas Ar nº A-2 folhas 1  
 287V em 21/12/2022 14:42:47. Protocolado sob o nº 411 no Livro de Protocolo de Registros  
 e Documentos e Pessoas Jurídicas nº 01 em 21/12/2022. Sala: AEA78144 - CONDIÇÃO  
 de arquivamento: 14/12/2022

ANTONIO GONÇALVES DE ALENCAR - Escrevente Autorizado  
 CPF: 08.04.74.940-00 - RG: 12.345.678-9 - RG: 12.345.678-9 - RG: 12.345.678-9

Morgana Ferreira Carlos  
 Escrevente Compromissada

[CNPJ:32.736.201/0001-48]

1ª Serventia Extrajudicial de Registro  
 Geral de Agua Branca-PI

CNS 078022

Av. João Ferreira, 580 - Sala A-Centro  
 CEP: 64460-000 Agua Branca-PI



Francisco Leonardo Nunes e Silva  
 João Alves Colado

Ata de Assembleia Geral Extraordinária para eleição  
 suplementar e posse da diretoria executiva, conselho de  
 administração e fiscal da Associação de Pais e Amigos  
 dos Excepcionais de Água Branca - Pi.

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois  
 mil e vinte e quatro, conforme edital 01/2024, ampla-  
 mente divulgado nas dependências da instituição,  
 espaços públicos, e em meios digitais, reuniram-se  
 na sede da Apae de Água Branca, localizada na Rua  
 Adalberto Santana nº 325, bairro Centro, inscrita no  
 CNPJ 49.681.194/0001-27, às nove horas, trinta e três  
 minutos. Seguindo o edital, foi instalada convocação  
 meia hora depois, às nove horas, sem exigência de  
 fórum, com a presença de 29 (vinte e oito associados),  
 associados especiais e contribuintes, colaboradores,  
 funcionários, convidados e a comunidade em geral,  
 que assinaram a lista de presença, foi instalada  
 a Assembleia Geral Extraordinária, para eleição  
 suplementar da Diretoria Executiva, Conselho de  
 Administração e Conselho Fiscal da Apae de Água  
 Branca. A abertura dos trabalhos foi realizada  
 pela Sra. Ana Vitória Régia Freitas Rêgo, presidente  
 dessa assembleia, brasileira, solteira, autônoma,  
 RG 406.959 SSP/PI, CPF 239754233-15, residente e  
 domiciliada na Rua José Dutra, 429, Centro, Para-  
 gominas Franca - Pi. Presidente Interventor da Apae  
 de Água Branca Sr. Fábio Alves Calado, portador  
 do CPF 013.738.433-57 e RG 21.684.77, SSP/PI, Brasileiro,  
 solteiro, Empresário, residente na Rua Adalberto Santana  
 nº 325, Bairro Centro, Água Branca - Pi. A presidente da  
 Assembleia saudou os presentes, e parabenizou a  
 equipe interina que até o momento fazia o trabalho



de gestão da Ape. Passando a outra pauta desta assembleia, foi apresentada a composição da chapa única, e por se tratar de chapa única, após apreciação, foi eleita por aclamação. Ficando constituída a nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração para o exercício do mandato de 16/02/2024 a 31/12/2024 da seguinte forma: Presidente: Sr. Fábio Alves Calado, portador do CPF: 013.738.433-57, RG: 21.684.77, SSP/PI, Brasileiro, Solteiro, residente e domiciliado na Rua Adalberto Santana, nº 325, Centro, cidade de Água Branca - PI; Vice-Presidente: Sr. Marcos Aurélio da Silva Araújo, portador do CPF 778.972.423-15 e RG: 1621720, SSP/PI, Brasileiro, Casado, servidor Público Municipal, Residente no Conj. Residencial Justiano Brandão, quadra A, Casa 1, Alto Ville, cidade de Água Branca - PI; 1º Diretor Financeiro: Sra. Thamyras Soares Macedo, portadora do CPF: 613.797.813-37 e RG: 3880046, SSP/PI, Brasileira, Casada, Psicopedagoga, residente no loteamento Vista do Lago, quadra C, nº 8, cidade de água Branca - PI; 2º Diretor Secretário: Camil Feitor Lima, RG: 3152447 SSP/PI, CPF: 04.523.64930 residente no Povoado Santo Antonio, cidade de Água Branca - PI, Brasileira, Casada, Técnica em enfermagem; 1º Diretor Secretário: Sra. Laiane Pinx Soares, portadora do CPF: 358.782.308-10, RG: 46.630.336-1 SSP/SP, Brasileira, Solteira, psicopedagoga, residente na Avenida Neco Teixeira nº 1186, Centro, Água Branca - PI; 2º Diretor Secretário: Sra. Elizete Gomes Feitor, portadora do CPF: 622.783.633-87, RG: 1869595, SSP/PI, Brasileira, Casada, trabalhadora rural, reside no Povoado Santo Antonio, cidade de Água Branca - PI.



Pr: Diretor de Patrimônio: Maurício da Silva Moraes,  
 portador do CPF: 008.646.743-33 e RG: 2229195,  
 SSP/PI, Brasileiro, solteiro, professor do Estado, resi-  
 dente na Avenida Getúlio Vargas, nº 274, Bairro  
 Poções, cidade de Água Branca - PI; Diretora  
 Social: Francisco Leonardo Nunes e Silva, RG: 2814887  
 SSP/PI, portador do CPF: 105.297.447.321 e 83.759,  
 Brasileiro, solteiro, Enfermeiro, residente na Rua São  
 Pedro nº 250, Bairro Centro, cidade de Água Branca - PI;  
 Conselho de Administração: Ana Maria Pereira de  
 Sousa Araújo, portadora do CPF: 008.165.223-24 e  
 RG: 2554078, SSP/PI, casada, Brasileira, professora,  
 residente no Residencial Justiniano Brandão  
 Q A, C10, Bairro Alto Ville, cidade de Água-  
 Branca - PI; Maria Fernanda Araújo dos Santos,  
 portadora do CPF: 065.136.273-38 e RG: 4734817,  
 SSP/PI, Brasileira, solteira, estudante, residente  
 na Rua Rui Barbosa nº 25, Centro, cidade de  
 Água Branca - PI; Ingrid da Silva, portadora  
 do CPF: 476199478-92 e RG: 542908190, SSP/PI,  
 Brasileira, solteira, estudante de assistência  
 social, residente no Povoado Angicos, Zona Rural,  
 cidade de Água Branca - PI; Carisse Maria de  
 Aquino Soares Coelho, portadora do CPF: 9548747634  
 e RG: 2200830, SSP/PI, Brasileira, casada, professora  
 residente conj. Res. Alto Ville, Q-C, Casa 15; Rubens  
 Oliveira da Silva Costa, CPF: 032.496.993-73, RG: 2428.963,  
 SSP/PI, casado, professor, residente na Avenida João  
 Ferreira nº 682, centro de Água Branca - PI; Conselho  
 Fiscal Titular: Elenice Mota Sales, portadora do  
 CPF: 068.330.753-36, Brasileira, casada, residente na  
 Rua Virgílio Soares nº 09, Q 10, bairro Macaíba, cidade  
 de Água Branca - PI; Ana Paula Batista dos Santos,  
 portadora do CPF: 071.595.003-77 e RG: 3609853



SSP/PI, Brasileira, solteira, assistente social,  
residente na Rua Moraes nº 674, Loteamento Sambaíba  
cidade de Água Branca - PI; Elisia Freitas Cardoso  
Ferreira, portadora do CPF: 002.876.031-05, RG:  
1773329, SSP-PI, Brasileira, casada, pedagoga,  
residente na Avenida José Miguel nº 1150, bairro  
Centro, cidade de Água Branca - PI; suplente:  
Jeanne Raquel Biquiera Pires Costa, portadora  
do CPF: 832.037.963-68, RG: 1841755, SSP/PI, Brasileira,  
casada, professora, residente na Rua Bom Jesus S/Nº,  
bairro Centro, cidade de Água Branca - PI; Francisco  
Clayton Lopes de Moura, portadora do CPF: 065136  
25394, RG: 3879192, SSP/PI, Brasileiro, solteiro, servidor  
público, residente na Rua João Pedro Vasconcelos,  
nº 158, Loteamento Sambaíba, cidade de Água Branca  
PI; Tauany Araújo Mendes, portadora do CPF:  
06784034309, RG: 3688.612 SSP/PI, Brasileira, solteira  
autônoma, residente no Povoado Angicos, cidade de  
Água Branca - PI.

Apresento a diretoria, toma posse imediatamente,  
após lavratura deste ato, nada mais a tratar,  
foi lavrada a presente ata, que após lida,  
vai assinada por mim Secretária e presidente  
desta assembleia, o presidente eleito, o primeiro  
diretor secretário e o primeiro diretor financeiro  
eleito.

Carine Maria de Aquino Soares Coelho

Ana Paula Batista dos Santos

Elisia Freitas Cardoso Ferreira

Carla Freitas Lima

Marcos da Silva Moura

Maria Fernanda Araújo dos Santos

Ana Maria Pereira de Sousa Araújo

Marcos Aurélio do Silveira Araújo

6

Costa

Ingrid da Silva

Francisco Leonardo Nunes e Silva

Taamy Araujo Mendes Pereira

1º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL  
DE REGISTRO GERAL  
Antonio Gonçalves de Alencar  
Escritório Compromisso  
Apoio Oficial-PR

**SECRETARIA EXTRAJUDICIAL  
DE REGISTRO GERAL**  
**Antonio Gonçalves de Menezes**  
Escrevente Cartório nº 80  
Aguas Brancas-SP





## **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca PI**

**End.: Rua Adalberto Santana N° 325 - Centro  
(86) 99565-7023**

**CNPJ: 49.681.194/0001-27**

### **DECLARAÇÃO DE NÃO REMUNERAÇÃO**

Fábio Alves Calado, brasileiro, solteiro, psicólogo, CPF nº 013.738.433-57, residente e domiciliado na Rua Adalberto Santana, nº 325, presidente da APAE Água Branca, instituição sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 49.681.194/0001-27, com sede e foro na cidade de Água Branca, PI, DECLARA para os devidos fins de direito que se fizerem necessários, que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria, do conselho fiscal, deliberativo e consultivo, além de que não distribui bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, e que, em caso de dissolução, seu patrimônio será incorporado ao de outra entidade congênere ou ao Poder Público, conforme legislação vigente.

Água Branca (PI), 27 de Setembro de 2024

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca

Presidente APAE Água Branca



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI  
CNPJ 49.681.194/0001-27  
TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Elizete Gomes Feitosa, RG Nº 1.869.595 e CPF Nº 622.783.633-87, residente no Povoado Santo Antônio, S/n – Centro – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 07 de maio de 2023.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI





ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI

CNPJ 49.681.194/0001-27

TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Camila Feitosa Lima, RG Nº 3.152.447 e CPF Nº 045.236.493-08, residente no Povoado Santo Antônio, S/n – Santo Antônio – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 02 de julho de 2023.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI**

**CNPJ 49.681.194/0001-27**

**TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com**

## **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Marcos Aurélio da Silva Araújo, RG Nº 1.621.720 e CPF Nº 778.972.423-15, residente no Residencial Justiniano Brandão, Quadra A Casa 10 – Centro – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 20 de abril de 2023.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI





**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI**

**CNPJ 49.681.194/0001-27**

**TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com**

## **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Thamyres Soares Macedo, RG Nº 3.880.046 e CPF Nº 613.797.813-37, residente no Loteamento Vista do Lago, Quadra C 08 – Centro – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 24 de novembro de 2022.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI**

**CNPJ 49.681.194/0001-27**

**TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com**

## **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Laiane Pires Soares, RG Nº 46.630.336-1 e CPF Nº 358.782.308-10, residente na Avenida Neco Teixeira, 1186 – Centro – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 14 de dezembro de 2022.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI





**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI**

**CNPJ 49.681.194/0001-27**

**TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeguabranca@gmail.com**

## **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhor Francisco Leonardo Nunes e Silva, RG Nº 2.814.887 e CPF Nº 052.974.473-21, residente na Rua São Pedro, 250 – Centro – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 02 de julho de 2023.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI  
CNPJ 49.681.194/0001-27  
TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhor Fábio Alves Calado, RG Nº 2168477 e CPF Nº 013.738.433-57, residente na Rua Adalberto Santana, 325 – Centro – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 24 de novembro de 2022.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI





ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI  
CNPJ 49.681.194/0001-27  
TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Ana Paula Batista dos Santos, RG Nº 3609853 e CPF Nº 071.595.003-77, residente na Rua Moraes, 674 – Loteamento Sambaíba – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 28 de agosto de 2023.

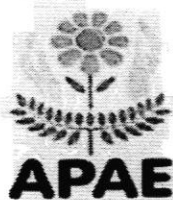
Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI

CNPJ 49.681.194/0001-27

TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhor Maurício da Silva Moraes, RG Nº 2229195 e CPF Nº 008.646.743-33, residente na Avenida Getúlio Vargas, 274 – Poeirão – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 07 de maio de 2023.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI





ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI  
CNPJ 49.681.194/0001-27  
TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Elenice Mota Sales, CPF 068.330.753-36, residente na Rua Virgílio Ferreira Soares Q-10, casa 9 – Macedo – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 22 de abril de 2023.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA BRANCA-PI**

**CNPJ 49.681.194/0001-27**

**TEL: (86) 99448-7253 – E-mail: apaeaguabranca@gmail.com**

## **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários e a quem interessar que a Senhora Elília Freitas Cardoso Ferreira, RG Nº 1773329 e CPF Nº 002.876.031-05, residente na Avenida José Miguel, 1150 – Centro – Água Branca- PI é sócia contribuinte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca desde de 12 de fevereiro de 2023.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente,

Água Branca (PI), 10 de julho de 2024.

Thamyres Soares Macedo

Thamyres Soares Macedo

Tesoureira da APAE de Água Branca – PI

**EXECUÇÃO:** Por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar do fim do prazo anterior.

**DATA DO ADITIVO:** 11 de outubro de 2024.

**CONTRATANTE:** DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ/DER/PI. CNPJ: 06.535.751/0001-99.

**CONTRATADA:** JDN EMPREENDIMENTOS URBANOS LTDA. CNPJ nº 24.400.713/0001-00

**RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas todas as Cláusulas do Contrato N° 038/2024, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

**ASSINATURAS:** Leonardo Sobral Santos (Diretor Geral do DER/PI) e Jackson Dias Cunha Nogueira (Representante Legal/ JDN EMPREENDIMENTOS URBANOS LTDA.).

*(Transcrição da nota ADITIVOS de N° 29686, datada de 11 de outubro de 2024.)*

## ESTATUTOS

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - CNPJ: 49.681.194/0001-27**

### Estatuto

**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca (APAE),** CNPJ: 49.681.194/0001-27, com sede em Rua Adalberto Santana, 325, Centro, Água Branca, é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à promoção da inclusão social de pessoas com deficiência. A APAE visa oferecer serviços assistenciais, promover o diagnóstico precoce e tratamento especializado, além de estimular a participação em eventos científicos e colaborar com instituições para o melhor atendimento dos seus assistidos. A associação tem duração indeterminada e sua estrutura organizacional inclui Assembleia Geral, Diretoria (Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Diretor Administrativo) e Conselho Fiscal, responsáveis pela administração e fiscalização das atividades da instituição, conforme regulamento interno. Água Branca - Fábio Alves Calado, presidente da APAE

*(Transcrição da nota ESTATUTOS de N° 29665, datada de 11 de outubro de 2024.)*

## REGULARIDADES

**SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DO PIAUÍ - SETRANS**



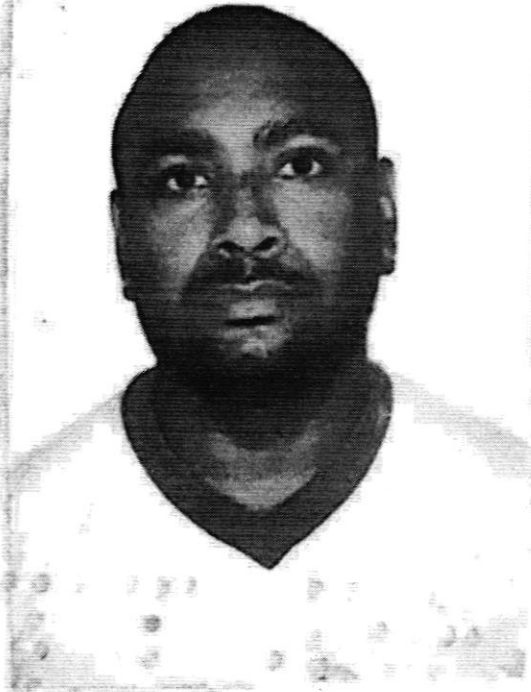


diretoria (T)	Deve ser de todos os membros da diretoria e conselho fiscal
	Deve ser de todos os membros

gub  
tes  
sica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



18.444.444  
Assinatura da Silia Moraes

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Indigência: Carteira de Identidade

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

2.229.195

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

23/01/18

NOME

MAURICIO DA SILVA MORAES

FILIAÇÃO

ANTONIA FRANCISCA DO NASCIMENTO MORAES  
MANOEL MESSIAS DE MORAES

NATURALIDADE

TERESINA-PI

DATA DE NASCIMENTO

23/09/1984

DOC. ORIGEM

CERT. NASC. 20970 L 20 F 166

EXP TERESINA-PI 28/01/93

CPF

008.646.743-33

1482124

Francisco das Chagas Pinheiro Martins  
ASSINATURA DO DIRETOR  
da Polícia Civil

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

Indústria Gráfica Brasileira

8100-0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

55495233

*Laiane Pires Soares*

8100-0

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

46.630.336-1 2 via 17/04/2019

**LAIANE PIRES SOARES**

FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO SOARES  
RAIMUNDA NONATA PIRES SOARES

S. PAULO - SP

18/06/1990

ITAPECERICA DA SERRA - SP ITAPECERICA DA SERRA CC: LV.8177/  
FLSº196/Nº38504

358782308/10

20490843152

Delegado de Polícia Estadual de São Paulo  
Miguel Junqueira  
ASSINATURA DO UIRLE - UIR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



*Chamegas Soares Mota*  
ASSINATURA DO TITULAR

0182006

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

3.880.046

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

05/04/13

NOME

THAMYRES SOARES MACEDO

FILIAÇÃO

ANTONIA DA CRUZ PEREIRA SOARES  
COSME ALVES MACÊDO

NATURALIDADE

ÁGUA BRANCA-PI

DATA DE NASCIMENTO

20/08/1998

DOC. ORIGEM

CERT.NASC. 4711 L A07 F 153

CPF

EXP SÃO GONÇALO-PI 26/02/98

TERESINA - PI

613.797.813-37

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

JOÃO DE DEUS MARTINS



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 2.814.887

DATA 25/06/99

NOME FRANCISCO LEONARDO NUNES E SILVA

ENDEREÇO MARIA DO PERPETUO DO SOCORRO N. L. E SILVA

FRANCISCO DE SOUSA E SILVA

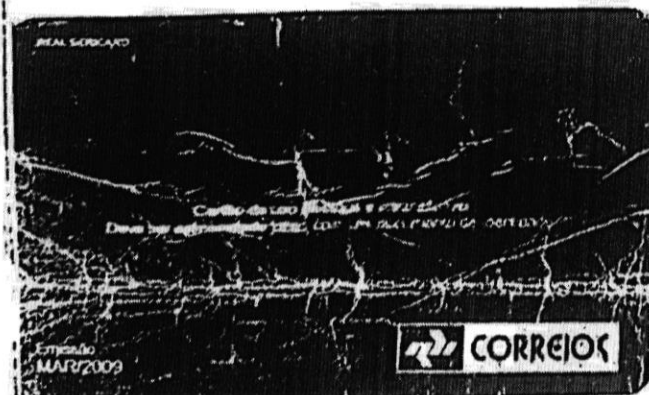
CIDADE FLORIANO-PI

DATA DE EMISSÃO 14/06/1999

CERT. NASC. 22358 L 125 F 229V

EXP. FLORIANO-PI 15/06/99

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

052.974.473-21

NOME FRANCISCO LEONARDO NUNES E SILVA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



Elizete  
0668291

Gomes  
ASSINATURA DO TITULAR

Faitton

CARTEIRA DE IDENTIDADE

10

Digitizado com CamScanner

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

L. 869.595

DATA DE  
EMISSÃO

17/07/15

NOME

ELIZETE GOMES FELTOSA

FILIAÇÃO

MIGUELINA GOMES DA SILVA

CELSON ALVES FEITOSA

NATURALIDADE

ÁGUA BRANCA-PI

DATA DE NASCIMENTO

02/07/1970

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM. 273 L 02B F 122

EXP REGENERAÇÃO-PI 12/09/14

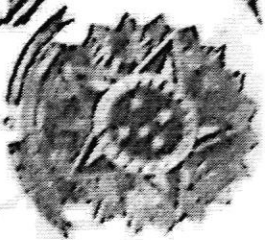
CPF

TERESINA - PI

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

THOMAS UTEG



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

Estado do Piauí

Secretaria de Segurança Pública



Nome / Name

FABIO ALVES CALADO

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number

013.738.433-57

Sexo / Sex

M

Data de Nascimento / Date of Birth

17/08/1985

Nacionalidade / Nationality

BRA

Naturalidade / Place of Birth

TERESINA/PI

Validade / Expiry

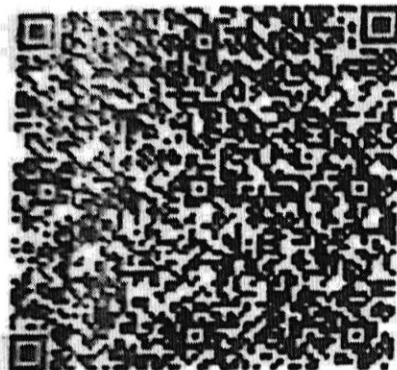
12/04/2034

*Fábio Alves Calado*

CARTEIRA DE IDENTIDADE



A10003518088



25

Filiação / Filiation  
**ALMIRALICE ALVES CALADO**

**JOSE CALADO NETO**

Órgão Expedidor / Card Issuer  
**SSP/PI**

Local / Place of Issue  
**TERESINA**

Emissão / Issue  
**12/04/2024**

*Marcelo dos Anjos Mascarenha*

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature  
Marcelo dos Anjos Mascarenha  
Diretor Geral do Instituto de Ident. Digital "Félix Pacheco"



Valid

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.621.720 DATA DE EXPIRAÇÃO 01/06/1

MARCOS AURÉLIO DA SILVA ARAUJO

MARIA CÂNDIDA DA SILVA ARAUJO

FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO

AGUA BRANCA-PI DATA DE NASCIMENTO 29/03/1979

CERT.CASAM. 103 L B02 F 013V

EXP AGUA BRANCA-PI 26/04/04

778.972.423-15

008067

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE PIAUÍ




1008067

CARTEIRA DE IDENTIDADE



CARTeira DE IDENTIDADE

1470249



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

3.152.447

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

14/08/17

NOME

CAMILA FEITOSA LIMA

PAZADO

ELIZETE GOMES FEITOSA PEREIRA  
ANTÔNIO PEREIRA LIMA JUNIOR

NATURALIDADE

ÁGUA BRANCA-PI

DATA DE NASCIMENTO  
17/02/1990

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM. 878 L 06 F 68

CPF

EXP HUGO NAPOLEÃO-PI 25/05/17

045.236.493-08

1470249

Francisco das Chagas Pinheiro Martins  
Polícia Federal - Polícia Civil

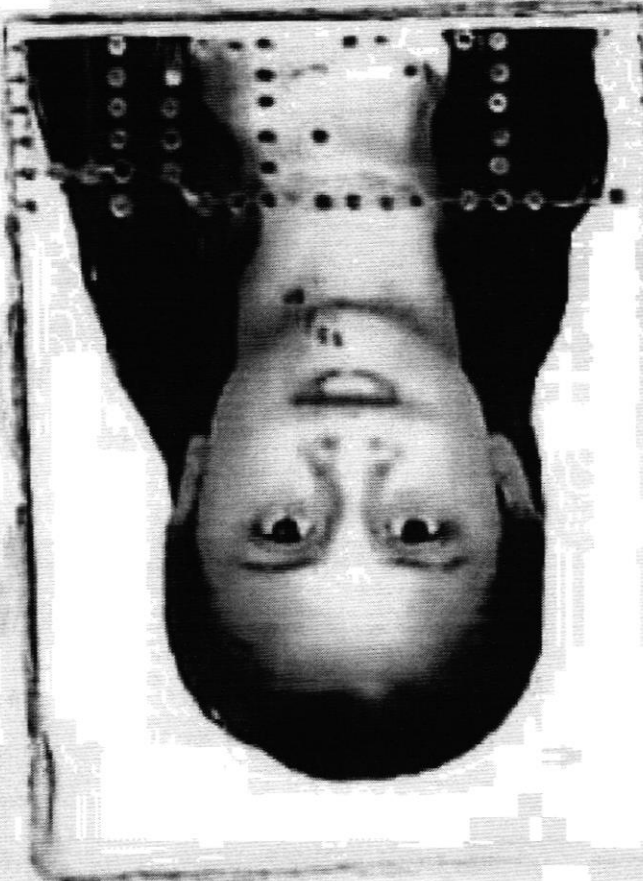
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 69.260/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



ASSINATURA DO TITULAR

*Edson...*  
*Edson...*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

3.759.263

DATA DE  
EXPEDIÇÃO 22/06/12

NOME

ELENICE MOTA SALES

FILIAÇÃO

FRANCISCA MOTA SALES

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

LAGO DA PEDRA-MA

06/06/1996

DOC. ORIGEM

CERT. NASC. 56953 L-86 F 146V

EXP LAGO DA PEDRA-MA 09/07/96

TERESINA - PI

068.330.753-36

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

INTERPRINT LTDA.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

1.773.329

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

20/04/12

NOME

ELÍLIA FREITAS CARDOSO FERREIRA

FILIAÇÃO

ARLINDA ARAUJO FREITAS CARDOSO  
JOÃO DA CRUZ PIRES CARDOSO

NATURALIDADE

FLORIANO-PI

DOC. ORIGEM

DATA DE NASCIMENTO

13/01/1979

CERT. CASAM. 20 L 1B F 10V

EXP SÃO PEDRO DO PIAUÍ, PI 13/01/98

TERESINA - PI

002.876.031-05

ASSINATURA DO DIRETOR

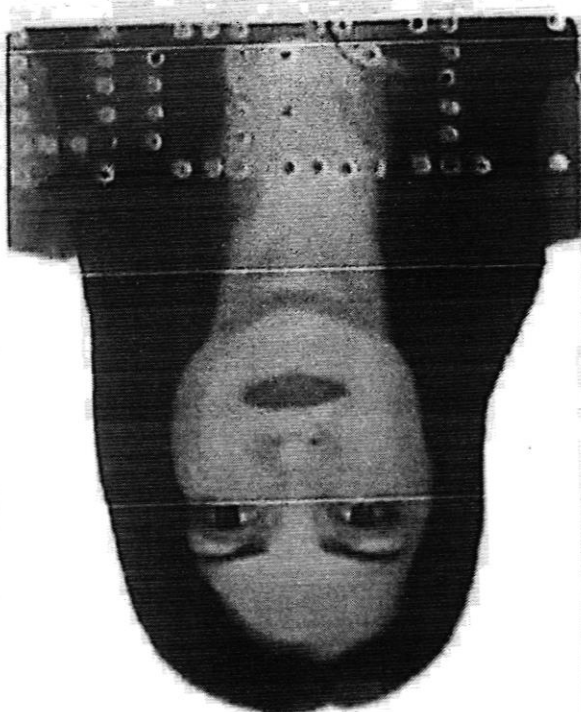
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



*Elidia Freitas Cardoso Ferreira*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

INTERMUT LINA



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41258601/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**MAURICIO DA SILVA MORAES**

OU

**CPF n. 008.646.743-33**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:25:17 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41258601

Código de Validação: 6236 EA5B F194 FB0B 6EA7 9586 60BD D799

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41258654/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**LAIANE PIRES SOARES**

OU

**CPF n. 358.782.308-10**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:26:23 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41258654

Código de Validação: 8323 B53E 3E8A FDE9 281B 9BA0 9D74 0E81

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41







**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41258739/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**THAMYRES SOARES MACEDO**

OU

**CPF n. 613.797.813-37**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:28:17 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41258739

Código de Validação: C375 A30D 6410 7B5C 3AB8 1174 1793 5E0B

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41258832/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**FABIO ALVES CALADO**

**OU**

**CPF n. 013.738.433-57**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:29:52 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41258832

Código de Validação: 8E7F AD1E D177 6EBC 4E93 9D99 2F53 CBB5

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41258917/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**CAMILA FEITOSA LIMA**

**OU**

**CPF n. 045.236.493-08**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:31:35 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41258917

Código de Validação: ED71 A16D C5B5 EA77 FB11 C83B D2DB 2502

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41258948/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**MARCOS AURELIO DA SILVA ARAUJO**

OU

**CPF n. 778.972.423-15**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:32:22 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41258948

Código de Validação: 1C65 881C 19DD 98E1 C93E 5698 79DF 9B65

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41258996/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**ANA PAULA BATISTA DOS SANTOS**

**OU**

**CPF n. 071.595.003-77**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:33:15 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41258996

Código de Validação: 934E 0A10 B5B4 34D2 C342 EAFE AD6D 376A

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41259052/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**FRANCISCO LEONARDO NUNES E SILVA**

OU

**CPF n. 052.974.473-21**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:34:12 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41259052

Código de Validação: C0F8 07A9 1385 6DCC 5552 BFDA 314F 5A8B

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41259120/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**ELIZETE GOMES FEITOSA**

OU

**CPF n. 622.783.633-87**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 10:35:27 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41259120

Código de Validação: B91D C33C DE9B BBC0 E23A 8374 2605 4BEB

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435310 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**MAURICIO DA SILVA MORAES**

E

contra o CPF

**00864674333**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 2.229.195 / SP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: ANTONIA FRANCISCA DO NASCIMENTO MORAES**

**PAI: MANOEL MESSIAS DE MORAES**

**ENDEREÇO: AV. GERTULIO VARGAS**

**BAIRRO: BULUGAO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 10:38:22

Código Verificador: 73FA9.666DB.DC2D5.56A52





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435316 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**FRANCISCO LEONARDO NUNES E SILVA**

E

contra o CPF

**05297447321**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 2.814.887 / SP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: MARIA DO PERPETUO DO SOCORRO NUNES E SILVA**

**PAI: FRANCISCO DE SOUSA E SILVA**

**ENDEREÇO: RUA SÃO PEDRO, 250**

**BAIRRO: CENTRO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 10:51:48

Código Verificador: B5DED.7950D.BA520.4458D







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435317 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**ELIZETE GOMES FEITOSA**

E

contra o CPF

**62278363387**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 1.869.595 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: MIGUELINA GOMES DA SILVA**

**PAI: CELSO ALVES FEITOSA**

**ENDEREÇO: POVOADO SANTO ANTONIO, SN**

**BAIRRO: SANTO ANTONIO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 10:54:19

Código Verificador: 58185.0DD2B.710D5.F1AB6





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435321 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**LAIANE PIRES SOARES**

E

contra o CPF

**35878230810**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 466.303.361 / SP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: RAIMUNDA NONATA PIRES SOARES**

**PAI: FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO SOARES**

**ENDEREÇO: AV. NECO TEIXEIRA, 1186**

**BAIRRO: CENTRO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 10:59:07

Código Verificador: FA302.63FB2.DF74E.4A624





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435323 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**THAMYRES SOARES MACEDO**

E

contra o CPF

**61379781337**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 3.880.046 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: ANTONIA DA CRUZ PEREIRA SOARES**

**PAI: COSME ALVES MACEDO**

**ENDEREÇO: LOTEAMENTO VISTA DO LAGO, 8**

**BAIRRO: CENTRO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 11:04:40

Código Verificador: B4028.18680.4BC04.746A2







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435325 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**FABIO ALVES CALADO**

E

contra o CPF

**01373843357**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 2.168.477 / SP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: ALMIRALICE ALVES CALADO**

**PAI: JOSE CALADO NETO**

**ENDEREÇO: RUA ADALBERTO SANTANA, 325**

**BAIRRO: CENTRO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 11:12:24

Código Verificador: 106FD.31BE3.FB76D.02675





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435326 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**CAMILA FEITOSA LIMA**

E

contra o CPF

**04523649308**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 3.152.447 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: ELIZETE GOMES FEITOSA PEREIRA**

**PAI: ANTONIO PEREIRA LIMA JUNIOR**

**ENDEREÇO: POVOADO SANTO ANTONIO**

**BAIRRO: SANTO ANTONIO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 11:16:41

Código Verificador: 4DC4C.B4560.CA463.E6762





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435328 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**ELILIA FREITAS CARDOSO FERREIRA**

E

contra o CPF

**00287603105**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 1.773.329 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Casado(a)**

**MÃE: ARLINDA ARAUJO FREITAS CARDOSO**

**PAI: JOAO DA CRUZ PIRES CARDOSO**

**ENDEREÇO: AV. JOSE MIGUEL, 1150**

**BAIRRO: CENTRO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 11:23:44

Código Verificador: A9298.AC565.D17BE.C4D10







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41276578/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

**ELENICE MOTA SALES**

OU

**CPF n. 068.330.753-36**

Certidão emitida em 27/09/2024, às 20:21:37 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/09/2024, às 08:21:41.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 41276578

Código de Validação: 5A8C 3B7E B7AA 0552 61B5 30FB 21DF 66D7

Data da Atualização: 27/09/2024, às 08:21:41





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3556002**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressaltadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: ELENICE MOTA SALES**

**CPF: 06833075336**

**RG: 3759263 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: NÃO CONSTA**

**MÃE: FRANCISCA MOTA SALES**

**ENDEREÇO: Rua Fortaleza**

**BAIRRO: Centro, MUNICÍPIO: TERESINA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3556002. Código verificador: F5C91.39D1F.512A0.A42DC

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 27 de Setembro de 2024 às 20 h 30 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3556002. Código verificador: F5C91.39D1F.512A0.A42DC





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

---

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3556007**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: MARCOS AURELIO DA SILVA ARAUJO**

**CPF: 77897242315**

**RG: 1621720 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP**

**ESTADO CIVIL: Casado(a)**

**PAI: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO**

**MÃE: MARIA CANDIDA DA SILVA ARAUJO**

**ENDEREÇO: QUADRA A LOTE 10**

**BAIRRO: Alto Ville, MUNICÍPIO: TERESINA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
  
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3556007. Código verificador: A0699.F1AD0.42A52.14305

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 27 de Setembro de 2024 às 20 h 36 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3556007. Código verificador: A0699.F1AD0.42A52.14305



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

---

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3556008**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressaltadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: ANA PAULA BATISTA DOS SANTOS**

**CPF: 07159500377**

**RG: 3609853 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP**

**ESTADO CIVIL: Casado(a)**

**PAI: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO**

**MÃE: RAIMUNDO NONATO BARROS DOS SANTOS**

**ENDEREÇO: Rua Moraes, 728**

**BAIRRO: Centro, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3556008. Código verificador: BDA29.90342.55122.D7400



- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 27 de Setembro de 2024 às 20 h 41 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3556008. Código verificador: BDA29.90342.55122.D7400



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435411 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**ELENICE MOTA SALES**

E

contra o CPF

**06833075336**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 3.759.263 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: FRANCISCA MOTA SALES RUA FORTALEZA, 140**

**PAI: NÃO CONSTA**

**ENDEREÇO: RUA FORTALEZA, 140**

**BAIRRO: CENTRO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 20:53:54

Código Verificador: D702C.83C5D.E098B.61C73





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435412 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**MARCOS AURELIO DA SILVA ARAUJO**

E

contra o CPF

**77897242315**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 1.621.720 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Casado(a)**

**MÃE: MARIA CANDIDA DA SILVA ARAUJO**

**PAI: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO**

**ENDEREÇO: QUADRA A LOTE 10**

**BAIRRO: ALTO VILLE**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435413 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**ANA PAULA BATISTA SANTOS**

E

contra o CPF

**07159500371**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 3.609.853 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: ANTONIA BATISTA SOARES**

**PAI: RAIMUNDO NONATO BARROS DOS SANTOS**

**ENDEREÇO: RUA MORAES, 728**

**BAIRRO: CENTRO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/09/2024 21:00:25

Código Verificador: BAAC7.C5D7A.8C485.E48F9





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 435839 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e militar, que,

contra o NOME

**CAMILA FEITOSA LIMA**

E

contra o CPF

**04523649308**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 3.152.447 / SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: ELIZETE GOMES FEITOSA PEREIRA**

**PAI: ANTONIO PEREIRA LIMA JUNIOR**

**ENDEREÇO: POVOADO SANTO ANTONIO**

**BAIRRO: SANTO ANTONIO**

**CEP: 64460000**

**MUNICÍPIO: Água Branca - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 01/10/2024 10:47:12

Código Verificador: E400C.12517.D8EA7.6DD73





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41347652/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

**ANA PAULA BATISTA DOS SANTOS**

OU

**CPF n. 071.595.003-77**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:35:44 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41347652

Código de Validação: 3CB4 1F69 395A F67A B33E BD71 C43A A7C3

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41347765/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

**CAMILA FEITOSA LIMA**

OU

**CPF n. 045.236.493-08**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:40:08 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41347765

Código de Validação: 0C33 A133 6B8A B855 81E5 047F 4629 1D2D

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41347855/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

**ELENICE MOTA SALES**

OU

**CPF n. 068.330.753-36**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:43:49 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41347855

Código de Validação: 55EC 7F98 6A8A 9DED 683C A515 6CB2 1310

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41347926/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

**ELILIA FREITAS CARDOSO FERREIRA**

OU

**CPF n. 002.876.031-05**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:46:07 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48;  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 41347926

Código de Validação: 6F4D 95BE 55D3 283A 5279 CB66 EBE0 6198

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41347981/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**ELIZETE GOMES FEITOSA**

**OU**

**CPF n. 622.783.633-87**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:48:15 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41347981

Código de Validação: D9BD 21F0 CEE6 6D7E BBD7 3097 7805 8EDB

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41348005/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**FABIO ALVES CALADO**

OU

**CPF n. 013.738.433-57**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:49:23 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41348005

Código de Validação: E95C E4EB C79F B411 ADE6 A3FE 8019 0F04

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41348049/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**LAIANE PIRES SOARES**

**OU**

**CPF n. 358.782.308-10**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:50:42 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41348049

Código de Validação: 5A2F 35B8 2B33 DF82 7B2C C3A1 CC30 9FA3

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41348099/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**FRANCISCO LEONARDO NUNES E SILVA**

OU

**CPF n. 052.974.473-21**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:52:42 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41348099

Código de Validação: 2CF6 CE45 43F6 E0CD 7A56 E8E0 59C6 8933

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41348123/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

**MAURICIO DA SILVA MORAES**

OU

**CPF n. 008.646.743-33**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:53:43 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41348123

Código de Validação: F69F F6BA 3FFA 350A 9EED B1B4 FD8B 4A81

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41348169/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**MARCOS AURELIO DA SILVA ARAUJO**

OU

**CPF n. 778.972.423-15**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:55:48 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41348169

Código de Validação: 9012 3B1C 4EFF 7BD6 DF07 2457 21C3 30F4

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

41348185/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**THAMYRES SOARES MACEDO**

OU

**CPF n. 613.797.813-37**

Certidão emitida em 01/10/2024, às 12:56:55 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 01/10/2024, às 08:52:48.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 41348185

Código de Validação: 866E DCC4 5B19 FAC2 8823 AC8A 1D71 5081

Data da Atualização: 01/10/2024, às 08:52:48





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

---

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3559622**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: ELILIA FREITAS CARDOSO FERREIRA**

**CPF: 00287603105**

**RG: 1773329 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssp**

**ESTADO CIVIL: Casado(a)**

**PAI: JOÃO DA CRUZ PIRES CARDOSO**

**MÃE: ARLINDA ARAUJO FREITAS CARDOSO**

**ENDEREÇO: AV. JOSE MIGUEL, 1150**

**BAIRRO: Centro, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559622. Código verificador: 16173.2F5FC.84305.5185E

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 02 de Outubro de 2024 às 09 h 45 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559622. Código verificador: 16173.2F5FC.84305.5185E





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

---

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3559632**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressaltadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: ELIZETE GOMES FEITOSA**

**CPF: 62278363387**

**RG: 1869595 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssp**

**ESTADO CIVIL: Casado(a)**

**PAI: CELSO ALVES FEITOSA**

**MÃE: MIGUELINA GOMES DA SILVA**

**ENDEREÇO: Povoado Santo Antonio**

**BAIRRO: Santo Antonio, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
  
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559632. Código verificador: 7CC62.42938.C3BE5.EDAE4

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 02 de Outubro de 2024 às 09 h 49 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559632. Código verificador: 7CC62.42938.C3BE5.EDAE4



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

---

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3559665**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: LAIANE PIRES SOARES**

**CPF: 35878230810**

**RG: 466303361 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssp**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO SOARES**

**MÃE: RAIMUNDO NONATA PIRES SOARES**

**ENDEREÇO: Av. Neco Teixeira 1186**

**BAIRRO: Centro, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
  
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559665. Código verificador: 846E3.A9C36.8AD82.739DE



- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 02 de Outubro de 2024 às 10 h 03 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3559665. Código verificador: 846E3.A9C36.8AD82.739DE



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3559680**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: FRANCISCO LEONARDO NUNES E SILVA**

**CPF: 05297447321**

**RG: 2814887 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssp**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: FRANCISCO DE SOUSA E SILVA**

**MÃE: MARIA DO PERPETUO DO SOCORRO NUNES E SILVA**

**ENDEREÇO: RUA SÃO PEDRO, 250**

**BAIRRO: Centro, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559680. Código verificador: 8791A.F1CDE.1DE75.EA772

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 02 de Outubro de 2024 às 10 h 12 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3559680. Código verificador: 8791A.F1CDE.1DE75.EA772





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3559688**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: MAURICIO DA SILVA MORAES**

**CPF: 00864674333**

**RG: 2229195 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssp**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: MANOEL MESSIAS DE MORAES**

**MÃE: ANTONIA FRANCISCA DO NASCIMENTO MORAES**

**ENDEREÇO: AV. GERTULIO VARGAS**

**BAIRRO: bulungão, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559688. Código verificador: D1D20.22417.EA80A.8A4F2

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 02 de Outubro de 2024 às 10 h 17 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559688. Código verificador: D1D20.22417.EA80A.8A4F2



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3559698**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: THAMYRES SOARES MACEDO**

**CPF: 61379781337**

**RG: 3880046 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssp**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: COSME ALVES MACEDO**

**MÃE: ANTONIA DA CRUZ PEREIRA SOARES**

**ENDEREÇO: LOTEAMENTO VISTA DO LAGO, 8**

**BAIRRO: Centro, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559698. Código verificador: C05FD.2F533.886DC.AA471

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 02 de Outubro de 2024 às 10 h 23 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559698. Código verificador: C05FD.2F533.886DC.AA471





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

---

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3559702**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: FABIO ALVES CALADO**

**CPF: 01373843357**

**RG: 2168477 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssp**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: JOSE CALADO NETO**

**MÃE: ALMIRALICE ALVES CALADO**

**ENDEREÇO: RUA ADALBERTO SANTANA, 325**

**BAIRRO: Centro, MUNICÍPIO: ÁGUA BRANCA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
  
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559702. Código verificador: 2747C.60B3B.D5D2F.65B79

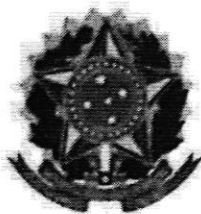
- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 02 de Outubro de 2024 às 10 h 26 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3559702. Código verificador: 2747C.60B3B.D5D2F.65B79



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal



Nº 103646542024

**ePol - SINIC**  
**Sistema Nacional de Informações Criminais**  
**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **FABIO ALVES CALADO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOSE CALADO NETO e ALMIRALICE ALVES CALADO, nascido(a) aos 17/08/1985, natural de Teresina-PI, CI 2168477 UI PI, CPF 013.738.433-57.

Esta certidão foi expedida em 15/07/2024 às 14:43 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 103646542024.



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 131839562024

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ANA PAULA BATISTA DOS SANTOS**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **RAIMUNDO NONATO BARROS DOS SANTOS** e **ANTONIA BATISTA SOARES**, nascido(a) aos 13/01/1997, natural de Água Branca-PI, CPF 071.595.003-77.

Esta certidão foi expedida em **02/09/2024** às **14:58** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131839562024.

Este documento é válido por 90 dias.





Nº 131846182024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **CAMILA FEITOSA LIMA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de ANTONIO PEREIRA LIMA JUNIOR e ELIZETE GOMES FEITOSA PEREIRA, nascido(a) aos 17/02/1990, natural de Água Branca-PI, CPF 045.236.493-08.

Esta certidão foi expedida em 02/09/2024 às 15:06 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131846182024.

Este documento é válido por 90 dias.



Nº 131836922024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ELENICE MOTA SALES**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de FRANCISCA MOTA SALES, nascido(a) aos 06/06/1996, natural de Lago da Pedra-MA, CPF 068.330.753-36.

Esta certidão foi expedida em 02/09/2024 às 14:54 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131836922024.



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 131842022024

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ELILIA FREITAS CARDOSO FERREIRA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOAO DA CRUZ PIRES CARDOSO e ARLINDA ARAUJO FREITAS CARDOSO, nascido(a) aos 13/01/1979, natural de Floriano-PI, CPF 002.876.031-05.

Esta certidão foi expedida em **02/09/2024 às 15:00** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131842022024.



Nº 131862742024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ELIZETE GOMES FEITOSA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **CELSO ALVES FEITOSA** e **MIGUELINA GOMES DA SILVA**, nascido(a) aos 02/07/1970, natural de Água Branca-PI, CPF 622.783.633-87.

Esta certidão foi expedida em **02/09/2024** às **15:27** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131862742024.





N° 131848682024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **FABIO ALVES CALADO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOSE CALADO NETO e ALMIRALICE ALVES CALADO, nascido(a) aos 17/08/1985, natural de Teresina-PI, CPF 013.738.433-57.

Esta certidão foi expedida em 02/09/2024 às 15:09 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131848682024.

Este documento é válido por 90 dias.



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 131853492024

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **LAIANE PIRES SOARES**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO SOARES e RAIMUNDA NONATA PIRES SOARES, nascido(a) aos 18/06/1990, natural de São Paulo-SP, CPF 358.782.308-10.

Esta certidão foi expedida em **02/09/2024 às 15:16** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131853492024.



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal



Nº 131843842024

**ePol - SINIC**  
**Sistema Nacional de Informações Criminais**  
**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **MARCOS AURELIO DA SILVA ARAUJO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO e MARIA CANDIDA DA SILVA ARAUJO, nascido(a) aos 29/03/1979, natural de Água Branca-PI, CPF 778.972.423-15.

Esta certidão foi expedida em 02/09/2024 às 15:03 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131843842024.



Nº 131850232024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **THAMYRES SOARES MACEDO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de COSME ALVES MACEDO e ANTONIA DA CRUZ PEREIRA SOARES, nascido(a) aos 20/08/1998, natural de Água Branca-PI, CPF 613.797.813-37.

Esta certidão foi expedida em **02/09/2024** às **15:11** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 131850232024.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 49.681.194/0001-27  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AGUA BR  
**Endereço:** R ADALBERTO SANTANA 325 / CENTRO / AGUA BRANCA / PI / 64460-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/08/2024 a 10/09/2024

**Certificação Número:** 2024081206546094195798

Informação obtida em 26/08/2024 15:24:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)